

POPULARIUM SUL-RIO-GRANDENSE

Saudamos com alegria o aparecimento da 2ª edição ampliada do POPULARIUM SUL-RIO-GRANDENSE pela Editora da UFRGS, obra de perseverança beneditina do professor emérito Lothar Francisco Hessel.

As orelhas da capa do livro dão uma notícia exata da odisséia dos textos do benemérito Prof. Apolinário Porto Alegre ao escrever o POPULARIUM nos albores de 1880.

O *Popularium Sul-Rio-Grandense*, estudo de filologia e folclore, é um livro heterogêneo. E o seria ainda mais se os manuscritos do autor tivessem chegado intactos até nós.

Nele, os estudiosos e leitores comuns encontrarão abundantes elementos sobre o vocabulário rio-grandense, provérbios brasileiros e portugueses, adivinhações com prosa e verso, cozinha rio-grandense, filologia comparativa, lingüística, origens germânicas e guaranotupinicas do português, elementos bantos e astecas. Além disso, a obra contém notícias, testemunhos, fontes e bibliografia sobre Apolinário Porto Alegre. Mesmo os dados e conhecimentos já trilhados em outras obras se valorizam pelo testemunho da ocorrência naquelas décadas e latitudes em que se elaborou esse gigantesco estudo.

Em suma, como afirma o reorganizador da obra na Apresentação, com esta edição "o Rio Grande do Sul resgata a velha dívida para com um de seus mais ilustres filhos, ou antes, resgata uma dívida para consigo mesmo".

O leitor tem em mãos um dos livros de mais longa gestação: um século. Em 1880, nas páginas da Gazeta de Porto Alegre, veio à luz uma parte do estudo filológico que Apolinário se propusera fazer e divulgar. Conjectura-se que a obra estivesse, na época, em plena elaboração e que iria prolongar-se por muitos anos, estorvada cá e lá pelas vicissitudes de ordem política que atribularam o autor, pensador político atuante. Não pôde arrematá-la com uma revisão, uma complementação, uma sistematização, pois o período que medeou entre as perseguições por parte de Júlio de Castilhos e sua morte, não lhe foi propício nem suficiente. À sua morte, em 1904, os originais não estavam refeitos nem reordenados.

Prof. Elvo Clemente

(Continua na p. 88)

Lingüística/Literatura: um diálogo possível?*

Juciane dos Santos Cavalheiro**

Resumo – Este trabalho toma o silêncio de Benveniste em relação à linguagem literária como o reconhecimento de que há uma diferença entre ela e a linguagem ordinária. Propõe-se então a buscar essa diferença, não no modo como a linguagem se apresenta do ponto de vista da forma, mas no estatuto das três pessoas (eu-tu-ele) enunciativas. Apoiando-se em formulações de Bakhtin sobre a prosa, busca descrever, em relação à linguagem ordinária, os componentes de base da enunciação literária.

Um primeiro olhar

Num primeiro momento, pode-se questionar como o interesse pela literatura possui faculdade de ser acolhido num colóquio entre lingüistas, já que tradicionalmente os dois campos de estudos aparecem dissociados. Ouve-se, de várias vozes, o comentário: uma coisa é a literatura e outra é a lingüística. Mas como pode haver essa compartimentação tão estanque? Num sentido amplo, a literatura é a arte da palavra e a lingüística é a ciência da palavra, portanto, ambas trabalham com a linguagem. Isso é reforçado pela afirmação de Fiorin (2002, Prefácio):

De um lado, um literato não pode voltar as costas para os estudos lingüísticos, porque a literatura é um fato de linguagem; de outro não pode o lingüista ignorar a literatura, porque é ela que trabalha a língua em todas as suas possibilidades e nela condensam-se as maneiras de ver, de pensar e de sentir de uma dada formação social numa determinada época.

* Este artigo é dedicado a uma mente iluminada que eu encontrei no caminho: Marlene Teixeira.

** Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada – Unisinos.
e-mail: mijuciane@yahoo.com.br

Nesse sentido, haveria uma viabilidade de estudar a literatura a partir de princípios lingüísticos, porque os dois campos abordam em suas análises três componentes indissociados do fenômeno da linguagem: a língua, o uso da linguagem e a sociedade. Apesar dessas compatibilidades, há uma desavença epistemológica entre os dois saberes: a literatura se constrói sobre o mito e a ficção; a lingüística reivindica para si o estatuto de ciência. No entanto, a tentativa de fazer os dois campos dialogarem não é nova. Jakobson já tratava dessa questão há mais de quarenta anos:

Se existem alguns críticos que ainda duvidam da competência da Lingüística para abarcar o campo da Poética, tenho para mim que a incompetência poética de alguns lingüistas intolerantes tenha sido tomada por uma incapacidade da própria ciência lingüística. [...] compreendemos que um lingüista surdo à função poética e um especialista de literatura indiferente aos problemas lingüísticos e ignorante dos métodos lingüísticos são, um e outro, flagrantes anacrônismos (1969, p. 162).

Jakobson realizou importantes estudos com o intuito de promover a articulação entre a lingüística e a poética, porém, como bem observa Tezza (2003, p. 157):

[...] o sistema de Jakobson não prevê algo como uma 'função prosaica', no sentido artístico, ao lado da 'função poética'. Mais uma vez, a prosa artística, ou a linguagem romanesca, para retomar a expressão cara de Bakhtin, continua um ser desengonçado à procura de um lugar tranqüilo na prateleira das classificações dos gêneros.

Falávamos anteriormente de uma possível incompatibilidade entre a lingüística e a literatura, tendo em vista que a lingüística pertence ao campo da ciência, para a qual o mito e a ficção não se colocam. Conforme Schäffer, Flores e Barbisan (2002: 9), a expressão "a lingüística" encontra hoje dificuldade de ser colada a um só referente. Sob esse rótulo, abrigam-se diferentes perspectivas de estudo da linguagem. Seria de se perguntar, então, que lingüística pode dialogar com a literatura. Provavelmente esse diálogo não será possível desde abordagens estritamente formais. É necessário deslocar o modo como a lingüística vem entendendo a linguagem para promover a articulação entre as duas áreas. Nossas investigações partem do pressuposto de que a lingüística da enunciação pode ter a dizer à análise literária.

Um segundo olhar

Na expectativa de poder promover o diálogo entre a lingüística e a literatura, buscamos Benveniste. No texto de 1967,¹ o lingüista declara que o domínio sobre o qual vai discorrer é o da "linguagem dita ordinária, a linguagem comum, com exclusão expressa da linguagem poética, que tem suas próprias leis e suas funções próprias" (1989, p. 221). Essa afirmação, aparentemente desoladora, fez surgir algumas questões: estaria Benveniste colocando a linguagem literária, especialmente a poética, como o impossível da lingüística? Ou estaria ele se omitindo de entrar nessa complexa discussão?

No artigo de 1969,² Benveniste compara a língua a outros sistemas de signos e conclui que, na música, por exemplo, os tons musicais combinam-se segundo regras precisas, mas não formam paradigmas. A diferença encontra-se "na natureza dos 'signos' e em seu modo de funcionamento" (1989, p. 55). Outra comparação feita por ele é com as artes plásticas. Nesse tipo de arte, afirma o lingüista, não há uma entidade formal que se possa denominar unidade do sistema considerado. Para Benveniste, isso resulta da impossibilidade de condições gerais e constantes; nas artes plásticas, há, quando muito, características individuais de um artista. Sendo assim, não há o equivalente a "nenhuma convenção 'gramatical'" (1989, p. 56).

Benveniste expõe como um *privilégio* da língua natural, entre todos os sistemas de signos, articular aquilo que ele chama de *dupla significância*: o *semiótico* e o *semântico* (1989, p. 64). O lingüista explana, nesse artigo, que, na música e nas artes plásticas não há nada de repetível/regular/sistêmico, portanto, nessas manifestações artísticas há uma semiótica própria.³ As observações feitas sobre a linguagem, nesse artigo, não incluem a escrita: *da escrita não diremos nada aqui, reservando para um exame particular este difícil problema* (1989, p. 51).

Perguntamo-nos, então, por que ele não olhou, mas teve a necessidade de dizer que não olharia para a linguagem literária, no artigo de 1967? E por que ele nada diz sobre a escrita, no artigo de

¹ "A forma e o sentido na linguagem" em *Problemas de lingüística geral I*.

² "Semiologia da língua" em *Problemas de lingüística geral II*.

³ Chegamos a pensar que, em se tratando de poesia, talvez se possa falar de uma semiótica própria, especialmente, tomando-se a poesia concreta, em que há um transbordamento do signo lingüístico que não passa pelas coerções de ordem estrutural, não levamos adiante essa reflexão, pois nosso objetivo não é investigar a poesia e, sim, a prosa, essa *desengonçada* (nos termos de Tezza). Vamos tentar avançar sobre esses silenciamentos, sobretudo, no que se refere à prosa literária.

1969? De qualquer modo, as palavras de Benveniste indicam que ele admite uma diferença entre a manifestação verbal ordinária e a literária e entre a manifestação verbal escrita e a oral.

Um terceiro olhar

Para começar a pensar sobre a prosa, partiremos de uma idéia de Bakhtin, expressa por Tezza (2003, p. 213), “a realização estética [...] é parte integrante do evento da vida, e não um objeto autônomo, regido por leis internas e próprias”. Ainda conforme Tezza, quando Bakhtin desenvolve sua teoria do romance, chama “atenção em seu ponto de vista [...] a concepção diametralmente oposta à concepção formalista sobre o papel da linguagem cotidiana” (2003, p. 215). Essa “linguagem que os formalistas chamariam ‘prática’, de uso cotidiano, é justamente o elemento central da ficção romanesca, o ‘homem que fala’” (ibid.).

Essas formulações bakhtinianas parecem indicar que é improdutiva a atitude de buscar a distinção entre linguagem literária e linguagem do cotidiano, pelo menos, para a prosa. Acreditamos que não é por esse caminho que conseguiremos buscar uma especificidade do texto literário no que diz respeito à prosa. Bakhtin, em *O discurso no romance* (1998), afirma que o romance é o gênero da fala cotidiana e de suas estratificações, isto é:

o relato do narrador ou do suposto autor é construído sobre o fundo da linguagem normal, da perspectiva literária habitual. Cada momento da narração está correlacionado com essa linguagem e com essa perspectiva normal, está oposto a elas, por sinal, dialogicamente: como um ponto de vista a um ponto de vista, uma apreciação a uma apreciação, um acento a um acento (e não como dois fenômenos lingüísticos abstratos) (Bakhtin, 1998, p. 119).

O discurso do autor dialoga entre a linguagem do narrador e a linguagem literária habitual, e permanece “como que neutro no plano lingüístico, como ‘terceiro’ na disputa entre as duas (mesmo que esse terceiro possa ser parcial)” (ibid.). A “prosa literária pressupõe a percepção da concretude e da relatividade históricas e sociais da palavra viva, de sua participação na transformação histórica e na luta social” (Bakhtin, 1988, p. 133). Explicitaremos essas questões no que segue.

Não centraremos nossa atenção na busca de uma suposta especificidade da linguagem literária em relação à linguagem oral ordinária. Partiremos do nível mais geral da enunciação e seus constituintes de base, tais como foram formulados para a lingua-

gem oral ordinária, para depois repensar a questão no âmbito do texto literário.

Os constituintes da enunciação

Benveniste, no texto de 1958,⁴ expõe que as formas lingüísticas “eu/tu” indicam a pessoa. O “eu se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor” (1988: 288), “eu” só é possível de ser identificado numa instância de discurso. O “tu” é a pessoa à qual o “eu” se refere numa relação dialética. Quanto ao pronome pessoal de 3ª pessoa – o “ele”, Benveniste, nesse texto, afirma que esse pronome “não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação” (1988, p. 292). Mas não deixa de observar que essa não-pessoa tem existência e somente “se caracteriza por oposição à pessoa eu do locutor que, enunciando-a, a situa como não-pessoa. Esse é seu status. A forma ele [...] tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por eu” (1988, p. 292).

No artigo de 1970,⁵ Benveniste distingue as formas e os usos lingüísticos. Essa separação já havia sido abordada em outros textos, no momento em que o lingüista denominou dois modos de significância lingüística, isto é, duas maneiras diferentes da língua significar: um semiótico e outro semântico. Nesse texto, Benveniste explicita o que vem a ser a enunciação: “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. O objetivo de Benveniste é “definir a enunciação no quadro formal de sua realização” (1989, p. 83), a fim de verificar dentro do sistema, “os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (ibid.). Para realizar tal objetivo, o lingüista observa três pontos na enunciação: “o próprio ato; as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização” (ibid.).

O primeiro ponto está relacionado ao ato individual do locutor. Esse ato ocorre no momento em que o indivíduo se apropria da língua e enuncia para um outro. Apropriar-se da língua significa determinar referência, dar sentido a esse ato que “introduz aquele que fala em sua fala” (1989, p. 84). Benveniste aponta os “pronomes pessoais” e os “demonstrativos” como as formas que

⁴ “Da subjetividade na linguagem” em *Problemas de lingüística II*.

⁵ “O aparelho formal da enunciação”, em *Problemas de lingüística II*. De acordo com Bressan (2003, p. 92), “houve uma significativa mudança conceitual entre o texto de 1958 e o de 1970”, tais como: a dicotomia pessoa (eu/tu) e não-pessoa (ele); distinção entre referência à instância de discurso (sui-referência) e referência a uma noção constante e objetiva (referência aos termos).

remetem aos indivíduos, em oposição às formas nominais que indicam apenas conceitos (1989, p. 85). Nesse artigo, é retomada a noção de subjetividade que está explicitamente relacionada à relação “eu/tu” “que não se produz senão na e pela enunciação: o termo “eu” denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo “tu”, o indivíduo que aí está presente como alocutário” (ibid.).

Entre o “eu” e o “tu” há uma relação de inversibilidade. O “tu” pode sempre se tornar um “eu” que então designará o outro como “tu”. Há, portanto, um “eu” que enuncia e o faz dirigindo-se para alguém que ele designa como seu interlocutor - o “tu”. “Eu” fala a um “tu” de alguém ou de alguma coisa - o “ele”. O “ele” não enuncia, porque “está na posição do ausente, isto é, daquele que, numa dada enunciação não está designado para participar do diálogo nem para tomar a palavra” (Amorim, 2001, p. 98). Designar alguém/algo como “ele” significa sempre falar em seu lugar. Os termos “pessoa” e “não-pessoa” devem ser entendidos “como posições enunciativas – aquele que está em posição de falar e aquele que, em princípio, não está em posição de falar” (Amorim, p. 99).

No texto de 1968⁶, Benveniste coloca o problema da intersubjetividade/alteridade no nível da língua. A linguagem coloca e supõe o outro, porque o indivíduo ao falar, dirige a sua fala para um “tu”. Esse “tu”, também passa a ser um “eu”, no momento da alocação. Sendo assim, “cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros” (1989, p. 101). Segundo Amorim (2001, p. 95), no ser humano, a comunicação, além de intersubjetiva, remete também a um referente (variável) e refere-se também à própria mensagem. Além disso, a linguagem somente realiza-se no momento em que “haja um outro a quem eu falo e que é ele próprio falante/respondente; também não há linguagem sem a possibilidade de falar do que um outro disse” (2001, p. 97). Esse outro de que fala Amorim, completa a condição lingüística de todo discurso em Benveniste.

Diálogo tentativo entre a literatura e a lingüística

A análise do estatuto das três pessoas na enunciação oral cotidiana é fundamental para discutir o texto literário. Ela está no centro desta discussão, porque parece ser nesse aspecto que se pode buscar a especificidade do literário.

⁶ “Estrutura da linguagem e estrutura da sociedade” em *Problemas de lingüística geral II*.

No discurso oral ordinário, estamos na esfera do pessoal: é preciso que um “eu” se apresente na sua singularidade e constitua o “tu” como interlocutor. No relato literário, não há interlocução. Trata-se de relatar acontecimentos que, em princípio, teriam se passado sem a interferência do interlocutor. Esses acontecimentos são contados pelo narrador (o ser de papel, segundo Barthes), que orienta o foco das personagens e a relação entre elas. O narrador descreve e explica a história ao leitor, mas ele não se dirige a ninguém em particular e não fala de modo pessoal. O olhar do narrador é um olhar que não se fixa, ele parte em múltiplas direções. Não busca o encontro nem o diálogo, não se dirige a ninguém.⁷

Quando alguém se enuncia na linguagem oral ordinária como locutor, mostra-se e fala também, necessariamente, de si próprio, pois é precisamente ao dirigir a palavra a alguém que se exprime e reafirma a subjetividade. A “correlação subjetiva”, na linguagem oral ordinária, tem uma unicidade específica: “o ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são sempre únicos” (Benveniste, 1995, p. 253). Já, no texto literário, essa expressão de subjetividade perde seus contornos, as relações de alteridade se modificam. A prosa literária organiza-se sob a forma da narrativa. Isso representa que a interlocução está ausente e fora da esfera pessoal. O narrador se enuncia com o pronome “eu” ou se apresenta como “ele” no enunciado da prosa literária. O narrador não será nunca a apresentação de um “eu” singular.

Alguém poderia contestar dizendo que no texto literário há um outro modo de diálogo. Certamente há: identifica-se um “tu” intrínseco ao enunciado, chamado de narratário, que pode ser explícito ou implícito, porém, ele também não se apresenta da mesma maneira que aquele da linguagem oral ordinária. Além disso, há um outro modo de dialogismo no enunciado literário, ou seja, nos momentos em que ocorre o discurso entre as falas das personagens. Porém, voltamos a enfatizar, essa suposta “correlação subjetiva” acontece dentro da história, que é supervisionada pelo atento olhar do narrador. É ele que é o organizador de toda a narrativa literária. De qualquer modo, podemos reagir dialogicamente à obra. O critério de acabamento do enunciado é “dado pela possibilidade de alteridade, isto é, da intervenção do outro locutor” (Amorim, 2001, p. 110).

O outro a quem se dirige a narrativa, a quem fala o narrador não é um “tu” que poderia tomar a palavra e enunciar o que pensa

⁷ Desenvolvemos essas idéias da cena literária a partir do que Amorim (2001) coloca sobre o texto da pesquisa em ciências humanas.

ser melhor para o relato. O “tu” não ocupa nunca o lugar de um “eu” que afirma como ocorre nas manifestações verbais orais. No texto literário, a natureza da presença do outro manifesta-se mediante o destinatário. Esse é um momento “intrinsecamente necessário e não se confunde em nenhum momento com o que se chama ‘público real’ e cujas exigências podem conscientemente ser levadas em conta na escrita do texto” (Voloshinov, apud Amorim, 2001, p. 114). O destinatário do texto literário (o “tu”) é, conforme Bakhtin, um destinatário segundo. A “obra-enunciado contém também uma presença terceira para a qual se dirige” (Amorim, 2001, p. 115), isto é, o superdestinatário. O texto literário não se dirige somente à escuta atual ou próxima, mas também a um terceiro invisível, extraterritorial. É ele quem garante que “nenhuma de suas possibilidades seja barrada por uma escuta parcial e contingente” (Amorim, 2001, p. 116).

Segundo Amorim (2001), Bakhtin diz que o terceiro é o melhor dos interlocutores. O interlocutor do texto literário tem em comum com o interlocutor do texto científico a condição absoluta e infinita que impulsiona a palavra do locutor sempre mais longe e para além de toda circunstância imediata. Essa instância é uma condição necessária a toda escrita criadora, e assim, “o estudo torna-se interrogação e troca, ou seja, diálogo [...] interrogamos a nós mesmos, e nós, de certa maneira, organizamos nossa observação ou nossas experiências a fim de obtermos uma resposta” (Bakhtin, 2000, p. 341).

Essa diferença de estatuto dos constituintes da enunciação no texto literário está, de certo modo, indicada na distinção entre gêneros primários e secundários feita por Bakhtin. Os gêneros primários constituem-se nas circunstâncias de um intercâmbio verbal espontâneo e podem ser apropriados pelos secundários, mas em condições diferentes daquelas do gênero primário. Tornados componentes, e transformados, dos secundários “perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios”. A integração dessas realidades se faz através da obra como um todo, isto é, “do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. Apesar de sua natureza secundária, a obra no seu todo é um enunciado do mesmo modo que a réplica do diálogo cotidiano ou a carta pessoal [...]” (Bakhtin, 2000, p. 281).

Na linguagem oral ordinária, como vimos em Benveniste, o destinatário “tu” é sempre co-presente ao “eu”, apto a tomar a palavra tal como o locutor. Portanto, essa relação entre locutor e destinatário é reversível. Já o destinatário do texto literário,

enquanto presença interior à estrutura do enunciado, não poderia ser um “tu”, co-presente ao locutor, capaz de tomar a palavra e enunciar tal como o locutor. A relação locutor/ouvinte no texto dos gêneros secundários não é inversível porque aquele a quem se dirige o enunciado só se constitui como desdobramento daquele que enuncia, só se presentifica como efeito de suposição. Destinatário e sobredestinatário, ambos habitam esse universo silencioso que é a escrita (Amorim, 2002, p. 117).

Entre narrador/locutor e autor, pode haver um entrecruzamento dialógico, mas haverá sempre as particularidades examinadas na distinção gênero secundário/gênero primário. Para Bakhtin, o autor “se situa dentro do diálogo real” (2000, p. 344), e de modo algum pode ser confundido com o locutor do relato. Mesmo que diga “eu”, o locutor “não tem participação direta no diálogo real” (ibid.). O locutor é um “ser de papel”, que pertence intrinsecamente ao texto; o autor permanece fora do universo representado.

Entrecruzamento de vozes

Tratamos de buscar no texto de Benveniste respostas que ele não deu, posto que sua questão não era a nossa. Colocamos nossa ênfase no que, para ele, não passou talvez de um simples comentário. Para demonstrar a pertinência e a produtividade de suas idéias para a nossa problemática, fez-se necessário deslocarmos para a literatura as observações feitas por ele para a linguagem oral ordinária.

Como vimos no transcurso de nosso trabalho, existem alternativas teóricas, Bakhtin é um bom exemplo, para aproximar o ponto de vista de Benveniste no sentido de compreender a enunciação literária.

As instâncias discursivas estudadas por Benveniste, o “eu”, o “tu” e o “ele”, na linguagem oral ordinária, apresentam a alteridade no plano lingüístico. O “eu” somente enuncia-se para um “tu”. Além disso, presumem o “ele” que está ausente, mas faz parte da enunciação, porque é resultante das falas das duas pessoas discursivas – o “eu” e o “tu”. O “eu” e o “tu” são inversíveis e o “ele” não é inversível, pois não está designado para participar do diálogo.

As instâncias enunciativas no plano literário são diferentes das do plano da linguagem oral coloquial. O “eu” não está em situação de reversibilidade com o “tu”, pois “tu” não pode interferir no relato proferido pelo locutor. No texto literário, a pessoa “tu” se amplia. O “tu” é o destinatário segundo, aquele a quem se dirige a

obra literária, mas é também o destinatário terceiro, que independe de um tempo, de um espaço e de um sujeito específico, pode impulsionar a palavra do locutor para além de toda circunstância imediata.

Referências

- AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. In: *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: UNESP/Hucitec, 1998.
- . O problema do texto. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 327-358.
- . Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 278-326.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
- . *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BRESSAN, Nílvia Thais Weigert. *A tríade enunciativa: um estudo sobre a não-pessoa na teoria de Émile Benveniste*. Dissertação de Mestrado orientada por Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à lingüística I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- SCHÄFFER, Margareth; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges. Sobre a necessidade e a natureza das relações entre a psicanálise e a lingüística. In: ————. *As aventuras do sentido: psicanálise e lingüística*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 7-12.
- TEZZA, Cristóvão. *Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- TODOROV, Tzvetan. As categorias da narrativa literária. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1991.